

Haddad diz que governo quer votar mudança no IR no segundo semestre

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça (17) em painel sobre o Brasil no Fórum Econômico Mundial que o governo pretende votar uma reforma do Imposto de Renda no segundo semestre, fatiando, na prática, a reforma tributária. Haddad também disse que pretende apresentar as regras fiscais do governo até abril.

“Tem uma reforma tributária que nós queremos votar no primeiro semestre, é o imposto sobre consumo. Mas, no segundo semestre, nós queremos votar a reforma sobre a renda para desonerar as camadas mais pobres e para onerar quem não paga imposto”, declara-

rou em Davos, na Suíça. Segundo Haddad, isso significaria “reequilibrar o sistema tributário brasileiro para melhorar a distribuição de renda”.

Ele não deu mais detalhes nem conversou com jornalistas imediatamente após o painel. A enxuta delegação brasileira tem cumprido uma agenda frenética nesta semana de fórum.

O ministro participou de painel mediado pela diretora de América Latina do fórum, Marisol Argueta, ao lado da colega Marina Silva (Meio Ambiente) para falar do Brasil. Boa parte da plateia da sala com 88 lugares, parcialmente preenchida, era de brasileiros.

Na véspera, Haddad afirmou a jornalistas no evento

na cidade suíça que o governo não pretende aumentar impostos. Ele se referia sobretudo ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Com a sombra de um rombo fiscal e a necessidade de equilibrar as contas –algo com o que Haddad afirma que o governo Lula está comprometido–, a mudança no IR para aumentar as taxas para rendas mais elevadas passou a ser aventada.

O ministro, além de falar de solidez institucional e proteção ambiental, tem repetido no fórum a ideia de que o governo pretende equilibrar as contas. Os três temas, em especial este último, são alvo das principais dúvidas levadas por investidores no evento a Haddad.

Luciana Coelho/Folhapress



Economia



Setor elétrico muda tecnologia de segurança de sistemas de transmissão

Página - 03

MP de Contas pede fiscalização na CVM por rombo na Americanas

Página - 03



Cade aprova aquisição pela ArcelorMittal de 100% das ações da CSP

Página - 05

Fusão entre 123 Milhas e MaxMilhas cria maior agência digital do país e acende alerta nas companhias aéreas

Página - 05



Política

Lula encontrará comandantes das Forças Armadas após expor desconfianças

Página - 04

STF lança campanha em defesa da democracia após ataques golpistas

Página - 04

No Mundo

Crise demográfica se acentua, e população da China diminui pela 1ª vez em 62 anos



País mais populoso do mundo, a China anunciou nesta segunda-feira (16) que sua população encolheu pela primeira vez desde 1961. Trata-se de um registro histórico que deve marcar o início do período de declínio populacional no gigante asiático —o país enfrenta crise demográfica diante do rápido envelhecimento de seus habitantes e da diminuição da taxa de fecundidade.

Segundo números do Escritório Nacional de Estatísticas da China, a população no país era de 1.411.750 no fim de 2022 —diminuição de 850 mil habitantes em relação ao mesmo período do ano anterior.

A taxa de natalidade caiu

para 6,77 nascimentos a cada 1.000 habitantes. É o número mais baixo de que se tem registro, segundo o escritório de estatísticas. Em 2021, eram 7,52. A queda tem várias razões: diminuição do número de casamentos, alta nos custos de habitação e educação e gravidez mais tardia das mulheres que priorizam a carreira, por exemplo.

Outro fator que pode ter contribuído para a desaceleração dos nascimentos foi a rígida política contra a Covid-19 imposta ao país —as regras de quarentena só foram flexibilizadas pelo regime de Xi Jinping em dezembro passado, após uma série de protestos contestando as restrições mais duras.

Já a taxa de mortalidade aumentou de 7,18 por 1.000 habitantes, em 2021, para 7,37 no ano passado —é o maior número desde 1976. A alta acompanha o envelhecimento populacional acelerado. Segundo projeção da ONU divulgada em 2022, a expectativa de vida na China era de 78,6 anos no ano passado, acima da média global, de 71,7 anos. Em 2000, o mesmo índice era quase sete anos menor.

O mesmo material mostrou que a Índia deverá ultrapassar a China como país mais populoso do mundo em 2023 —quatro anos antes do previsto anteriormente, em relatório que foi lançado pré-pandemia.

Folhapress

Rússia pode levar a colapso do mundo como o conhecemos, diz Zelenska



O mundo deve se unir pela paz. Foi o apelo de Olena Zelenska, primeira-dama da Ucrânia, ao discursar no encontro anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, nesta terça-feira (17).

Em tom emocional, a esposa do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, explicitou os riscos de o conflito com a Rússia, que está perto de completar um ano, expandir-se para além das fronteiras ucranianas.

“Não há limites para a Rússia”, disse Zelenska, que entregou cartas do marido a

vários líderes presentes em Davos, entre eles o vice-primeiro-ministro da China, Liu He.

“Como o mundo pode alcançar a neutralidade climática se não pode impedir a agressão russa?”, questionou a primeira-dama ao descrever dramas humanos causados pelos ataques de mísseis e drones russos.

“Essa agressão pode degargar em uma ameaça mundial e no colapso do mundo como conhecemos e aspiramos”, afirmou, citando como exemplos a crise de refugiados, a ameaça nuclear e o aumento do custo de vida, além da morte de milhares de civis.

Eliane Trindade/Folhapress

Greta Thunberg é presa após protestar em mina de carvão na Alemanha

A ativista sueca Greta Thunberg, de 20 anos, foi detida nesta terça-feira (17) na mina Garzweiler 2, localizada em Luetzerath, cidade do oeste da Alemanha.

Segundo a Reuters, Greta estava com outros ativistas antes de eles tentarem entrar na mina.

“Ela foi então parada e levada por nós com este grupo para fora da área de perigo imediato, para obter sua identidade”, disse um porta-voz da polícia de Aachen à agência de notícias.

Uma testemunha flagrou a jovem sozinha em um ônibus da polícia.

Horas mais cedo, o grupo se reuniu no centro da cidade de Luetzerath com faixas que pediam que a ex-

pansão da mina fosse freada.

Manifestação quer impedir mina de carvão a céu aberto. O governo alemão argumenta como necessária a expansão da mina para garantir a segurança energética da Alemanha, compensando a interrupção do abastecimento de gás russo.

Os ativistas rejeitam o argumento, alegando que as atuais reservas de lignito —um tipo de carvão mineral— são suficientes na região.

No fim de semana, um protesto com mais de 30 mil pessoas acabou em confronto entre os manifestantes e os policiais.

Centenas de militantes tentaram entrar em áreas restritas da mina, informaram as forças de segurança.

Folhapress



Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Setor elétrico muda tecnologia de segurança de sistemas de transmissão



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem (17) que os atos de vandalismo que resultaram na derrubada e em danos em torres de transmissão de energia terão, como consequência, a modernização da segurança do sistema de transmissão de energia elétrica do país. Os vândalos responsáveis pelos ataques terão “resposta e punição vigorosas” do poder público, afirmou o ministro.

Silveira fez a afirmação após reunião com integrantes da força-tarefa criada para prevenir e punir ataques ao sistema. De acordo com o ministro, não houve, até o momento, qualquer dano ao

sistema elétrico por conta dos ataques. “A situação está sob controle, e as ações estão sendo tomadas, e tudo que puder ser feito pelo poder público será feito com vigor”.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até o momento, há registros de quatro torres derrubadas (3 em Rondônia e 1 no Paraná) e 12 danificadas (4 no Paraná, 2 em São Paulo e 6 em Rondônia).

“As empresas estão atuando nas avarias detectadas, e os eventos estão sendo monitorados e fiscalizados pela Agência. Importante esclarecer que não houve interrupção do fornecimento de transmissão de energia em virtude dessas ocor-

rências”, informou a Aneel.

Na reunião de terça da força-tarefa – com representantes do setor elétrico, das polícias Federal e Rodoviária Federal, além de integrantes da Aneel e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – foram definidas algumas ações preventivas para evitar novas ações de vândalos.

Estão previstas ações como inspeções especiais nas linhas, em especial nas travessias de rodovias e ferrovias; instalação de câmeras de monitoramento; e reforço do patrulhamento. “Discutimos algumas questões fundamentais para modernização da segurança do sistema de transmissão nacional”, disse o ministro.

Pedro Peduzzi/ABR

Produção de motocicletas aumenta 18,2% em 2022, diz Abraciclo



A produção de motocicletas do Polo Industrial de Manaus – PIM chegou a 1.413.222 unidades no ano de 2022, sendo 18,2% superior ao registrado no ano anterior (1.195.149 motocicletas). Em dezembro foram fabricadas 85.117 motocicletas, 11,5% a mais do que o mesmo mês do ano passado (76.359 unidades) e 34,1% menor em relação a novembro (129.216 motocicletas). Os dados foram divulgados ontem (17) pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Na avaliação do presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, esses números comprovam a retomada de

MP de Contas pede fiscalização na CVM por rombo na Americanas

O Ministério Público de Contas junto ao TCU enviou uma representação para que o tribunal apure possíveis desvios de finalidade na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O pedido foi feito pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado junto ao TCU nesta terça-feira (17) após o ex-presidente da Americanas Sergio Rial ter revelado a existência de inconsistências contábeis de R\$ 20 bilhões no balanço da companhia.

“O objetivo é fiscalizar. Tão somente. Erro de bilhões põe uma pulga grande atrás da orelha”, disse Furtado.

No documento, o subprocurador pede que o tribunal avalie se houve “omissão na fiscalização da CVM no que diz respeito ao suposto esquema de fraude ocorrido da empresa Americanas e noticiado pelo Banco BTG Pactual”.

O banco entrou com um

pedido na Justiça cobrando uma dívida de R\$ 1,9 bilhão e levantou a suspeita de fraude em operações de crédito realizadas pela empresa que a deixaram nessa situação.

As operações, que envolveram outros bancos além do BTG, permitiram que a companhia comprasse mercadorias junto a fornecedores de forma parcelada, pagando juros. No total, cerca de R\$ 20 bilhões em transações desse tipo ao longo dos últimos anos não foram registradas corretamente.

As ações da empresa derreteram após o problema ter se tornado público e o crédito da companhia sofreu restrição, algo que pode comprometer a sobrevivência do negócio.

O problema foi revelado pelo ex-presidente da Americanas Sergio Rial, que deixou o cargo junto com o diretor de relação com investidores, Rafael Crove, nove dias após assumir o posto.

Julio Wiziack/Folhapress



crescimento do segmento após enfrentar um primeiro bimestre desafiador devido à pandemia da covid-19 que voltou a atingir a cidade de Manaus. “Depois disso, o ritmo de produção cresceu mês a mês para atender ao consumidor que passou a utilizar a motocicleta como instrumento de trabalho, evitar a aglomeração no transporte público ou ter maior agilidade e mobilidade nos centros urbanos”.

A retração de dezembro era esperada devido às férias coletivas que já estavam programadas. “Nesse período, as fábricas aproveitam para realizar serviços de manutenção e instalar novos equipamentos nos centros de produção”, disse Fermanian.

De acordo com o levanta-

mento mensal, no ano passado foram vendidas 1.361.941 unidades, o que representa alta de 17,7% na comparação com o ano de 2021 (1.156.776 unidades). Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve alta de 17,7% (132.204 motocicletas) ante as 112.363 comercializadas e 7,3% superior às 123.214 unidades emplacadas em novembro.

Com 22 dias úteis, a média de emplacamentos em dezembro foi de 6.009 unidades/dia. Na comparação com o mesmo mês de 2021, que teve um dia útil a mais, houve alta de 23% (4.885 unidades por dia). Já em relação a novembro, com dois dias úteis a menos, foi registrado recuo de 2,5% (6.161 motocicletas por dia).

Flávia Albuquerque/ABR

Política

Lula encontrará comandantes das Forças Armadas após expor desconfianças



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá ter uma reunião até sexta-feira (20) com o ministro da Defesa, José Múcio, e os comandantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha para discutir a modernização das Forças Armadas.

O encontro ocorrerá uma semana depois de o petista ter demonstrado grande desconfiança com militares que trabalham na segurança do Palácio do Planalto devido à invasão das sedes dos Três Poderes.

Rui Costa (PT), ministro da Casa Civil, teve uma reunião com Múcio e os chefes das Forças Armadas nesta terça-feira (17) e anunciou que tentará encaixar na agenda

de Lula uma reunião com os chefes dos militares até sexta.

Ele defendeu punição a responsáveis por depredar os palácios de Brasília, mas disse que esse não foi o tema do encontro.

A reunião com Lula, segundo ele, também não terá essa finalidade. Costa afirmou que uma das possibilidades para alavancar os investimentos nas Forças Armadas é firmar parcerias público-privadas. “Outras nações do mundo, por exemplo, nações grandes e desenvolvidas, fazem projeto de PPP para equipar suas Forças Armadas. Com isso, elas conseguem antecipar investimentos que se fossem depender apenas de recurso orçamentário

anual não seriam possíveis”, afirmou. Segundo ele, o tipo de investimento que exige as Forças Armadas são adequados à realização de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada por se tratarem de contratos de longo prazo.

Além de Múcio, participaram da reunião o comandante do Exército, Júlio Arruda, da Marinha, Marcos Oslen, e da Aeronáutica, Marcelo Damasceno.

O chefe da Casa Civil também anunciou que Lula deve ter uma série de viagens em fevereiro. Ele disse que o objetivo é fazer “agendas casadas de inaugurações com lançamento de programas nacionais nas áreas prioritárias”.

Matheus Teixeira/Folhapress

Eduardo Leite defende reposicionar PSDB e redistribuir poder no partido

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), defende um reposicionamento do partido após as eleições de 2022, quando a legenda deixou de governar São Paulo depois de 20 anos consecutivos do tucanato no comando do estado.

“Nós temos um momento de crise para o partido, mas também de oportunidade”, disse Leite, nesta terça-feira (17) em Davos, onde participa pela primeira vez do encontro anual do Fórum Econômico Mundial.

O governador, que assumirá a presidência nacional do PSDB, propõe “uma releitura e discussão das principais agendas, bandeiras e melhor distribuição política” da legenda. Uma nova configuração de poder que leve em conta lideranças emergentes como ele e os outros dois governadores tucanos recém-eleitos, Raquel Lyra (PE) e Eduardo Riedel (MS).

“Temos três governadores eleitos, um no Nordeste, outro no Centro-Oeste e eu no Sul, com a responsabilidade de governar e também de promover essa discussão.”

Segundo Leite, a pauta inclui agenda, programa e comunicação do partido com seu eleitorado. “Vamos trabalhar nessa linha para que a gente possa reposicionar o PSDB.”

O fato de o partido ter perdido a disputa estadual em São Paulo abre espaço para essa redistribuição de poder, avalia Leite. “O Governo de São Paulo era a força e a fraqueza do PSDB. Naturalmente, era uma alavanca e uma âncora para o partido”, diz.

“Uma força pelo tamanho populacional e econômico, mas, por outro lado, essa mesma relevância fazia o partido ficar muito centrado em São Paulo e menos distribuído em suas lideranças e direção em relação aos outros estados brasileiros.”

Eliane Trindade/Folhapress



STF lança campanha em defesa da democracia após ataques golpistas



O Supremo Tribunal Federal lançou nesta terça-feira (17) uma campanha publicitária em defesa da democracia, em resposta aos ataques de militantes golpistas, que invadiram a sede do judiciário, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

A campanha publicitária leva o nome “Democracia Inabalada”. O material será veiculado na TV Justiça e nas redes sociais do STF.

O primeiro vídeo mostra imagens do prédio do STF, do plenário e outras dependências, e de outras sedes dos Três Poderes inteiros, antes da destruição promovida pelos apoiadores do ex-presi-

dente Jair Bolsonaro (PL). Um texto então faz referência aos ataques e termina afirmando que a democracia não vai se curvar.

“Vidraças foram quebradas. Estátuas foram derubadas. Cadeiras foram arrancadas. Mas a defesa da Constituição segue inabalada”, afirma o texto.

O ministro do STF Alexandre de Moraes publicou o vídeo em suas redes sociais, chamando de terroristas os manifestantes golpistas que promoveram as cenas de destruição e vandalismo.

“O STF foi danificado por terroristas. Mas as Instituições não são feitas só de tijolos, são feitas de pessoas,

coragem e determinação. Vamos reconstruir as estruturas e mostrar que a CF [Constituição Federal] e a Democracia seguem mais fortes do que nunca”, escreveu o ministro.

No domingo (8), apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) promoveram um grande ato golpista em Brasília, no qual avançaram sobre as forças de segurança e invadiram o Planalto, o Congresso Nacional e o STF. Deixaram um rastro de destruição por onde passaram.

O prédio do Supremo Tribunal Federal foi um dos mais danificados. Os golpistas quebraram vidros, invadiram o plenário da Casa, arrancaram cadeiras.

Renato Machado/Folhapress

Fusões & Aquisições

Fusão entre 123 Milhas e MaxMilhas cria maior agência digital do país e acende alerta nas companhias aéreas



A 123 Milhas e MaxMilhas anunciaram a união de seus negócios, numa operação que cria a maior agência digital (ou OTA – Online Travel Agency) do país. Pelo porte, a operação acende um alerta nas companhias aéreas, que são críticas ao modelo de negócios baseado na compra de milhas.

Juntas, as duas empresas “milheiras” terão vendas estimadas em R\$ 6 bilhões, o que torna o negócio maior que a Decolar. O porte equivale ainda a metade da CVC, agência de viagens líder do país.

A 123 Milhas e a MaxMilhas atuam comprando milhas de clientes dos programas de milhagem das companhias aéreas. Elas usam essas milhas para emitir passagens

junto às chamadas consolidadoras — majoritariamente Confiança e BeFly — vendendo ao consumidor final a preços bastante competitivos.

Embora as companhias proibam a venda de pontos de seus programas por parte dos clientes, a Justiça já deu ganho de causa para as empresas de milhas em diversas ações e instâncias.

A venda de milhas para terceiros representa perda de receita para as aéreas e desvirtua, do ponto de vista delas, o conceito de fidelização.

Desde setembro, conforme a coluna noticiou à época, a mineira 123 Milhas vinha buscando um sócio investidor. A empresa, que é a líder do segmento com vendas de R\$ 5 bilhões, chegou a contratar o BTG, mas não con-

seguiu atrair um investidor. Segundo fontes do mercado, o negócio tem um risco inerente pela oposição das companhias aéreas. Elas não conseguiram barrar o negócio na Justiça mas, em tese, podem pressionar as consolidadoras a parar de trabalhar com as empresas de milhas. No entanto, as aéreas não o fazem, pois uma retaliação poderia levar a uma perda importante de vendas.

Em nota enviada à coluna, a 123 Milhas confirmou a união com a MaxMilhas, antecipada pelo portal. As duas marcas serão mantidas de forma independente e os CEOs das duas empresas, Ramiro Madureira e Max Oliveira, seguirão comandando as respectivas operações.

O Globo

Cade aprova aquisição pela ArcelorMittal de 100% das ações da CSP

A Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições o ato de concentração envolvendo a ArcelorMittal Brasil S.A e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que faz parte dos grupos econômicos da Vale (brasileira), Posco e Dongkuk (sul-coreanos). O despacho pela aprovação está publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 12.

A operação consiste na aquisição, pela ArcelorMittal, de 100% das ações da Companhia Siderúrgica do Pecém, atualmente detidas por Posco, Dongkuk e Vale.

O acordo foi anunciado em julho de 2022, conforme noticiou na ocasião o Broadcast, sistema de notícias em

tempo real do Grupo Estado. A estimativa é que o preço final referente à transação será de US\$ 2,2 bilhões.

Segundo o parecer do Cade, a ArcelorMittal apresentou como justificativas econômicas para a operação a possibilidade de ampliar a sua capacidade global de produção de placas de aço, aproveitando-se da localização estratégica da CSP, a 10 km do Porto de Pecém (CE), para as exportações às principais regiões produtoras de aço no mundo; expandir a capacidade de produção de aços laminados planos no Brasil; e aproveitar o potencial da CSP de produzir placas de aço com menores impactos ambientais (menor emissão de carbono), dada a capacidade de geração de energia solar e eólica no Estado do Ceará. Estação Conteúdo



O Globo

ABPF Oncologia: Grupo Fleury anuncia constituição de nova subsidiária em parceria com o Bradesco



Mais uma empresa de peso está chegando no mercado. O Grupo Fleury concluiu a constituição de uma nova companhia em parceria com Atlântica Hospitais e Participações S.A., controlada indireta do Banco Bradesco, e Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência.

No fechamento da operação, o Fleury, a BP – A Beneficência Portuguesa de São Paulo e a Atlântica Hospitais subscreveram e integralizaram, cada uma, 1/3 do capital social votante da nova companhia e celebraram um acordo de acionistas, arquivado na sede da ABPF Oncologia S.A.

Seguindo a volatilidade

de da bolsa de valores nesta quarta-feira, as ações de grupo operam em leva alta no início da tarde:

O Grupo Fleury é uma das maiores e mais respeitadas organizações de medicina e saúde do Brasil, referência para a comunidade médica e público geral por sua qualidade técnica, médica, de atendimento e gestão. A principal atividade é a prestação de serviços médicos e medicina diagnóstica.

Nos últimos anos, a companhia tem expandido seus serviços, criando um ecossistema de saúde que acompanha e orienta o paciente ao longo de sua jornada de cuidado, da prevenção e do diagnóstico ao tratamento.

Com 13,5 mil funcionários e 3,6 mil médicos, detém as melhores práticas ESG e contribui para a sustentabilidade do sistema de saúde. Com sede em São Paulo (SP), o Grupo Fleury está presente também no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e no Distrito Federal, com mais de 300 Unidades de Atendimento de Medicina Diagnóstica e de Novos Elos. Adicionalmente, tem atuação importante dentro de hospitais oferecendo serviços diagnósticos, além de ser laboratório de referência para processamento de exames de laboratórios clientes de todo o País. Guia do Investidor



Publicidade Legal

Juros: Taxas recuam com menor tensão fiscal e dados da China pró-emergentes



Os juros futuros fecharam em baixa nesta terça, 17, devolvendo parte da alta registrada na segunda, 16, dada a menor tensão com o cenário fiscal e a melhora do apetite ao risco por ativos emergentes que favoreceu boa parte das moedas como o real. De Davos, a sinalização para a área fiscal emitida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi bem recebida, embora sem empolgação, enquanto os dados do PIB da China animaram os investidores.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) de janeiro de 2024 fechou em 13,47%, de 13,55% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,65% para 12,51%. O DI para janeiro de

2027 encerrou com taxa de 12,37% (12,48% segunda) e o DI para janeiro de 2029 com taxa de 12,49% (12,58% segunda). As preocupações com um possível aumento do salário mínimo acima de R\$ 1.320, que ontem pressionaram a curva para cima, hoje foram colocadas em stand by, com a percepção de que a posição contrária de Haddad possa prevalecer. De todo modo, os agentes monitoraram a reunião que o presidente Lula teria nesta tarde com CUT para discutir o aumento e a nova política de reajuste do mínimo. As centrais propõem elevação dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.340. No Fórum Econômico de Davos, além de reiterar que o governo tentará votar a reforma tri-

butária no primeiro semestre e zerar o déficit até o ano que vem, Haddad prometeu apresentar uma proposta de novo arcabouço fiscal no máximo até o mês de abril. Para tanto, o governo terá o suporte técnico do FMI. “O FMI colocou a sua equipe técnica à disposição do Brasil para que conheça todas as regras em vigor, as que estão dando mais certo e menos certo para a gente se prevenir e levar ao Congresso a mais crível e sustentável âncora fiscal”, disse. Entre investidores e empresários que participam do evento, as declarações agradaram, embora estes players queiram mais detalhes sobre a nova regra, conforme apurou a enviada especial Aline Bronzati.

IstoÉDinheiro

Dólar cai 0,84% e fecha a R\$ 5,1055 com commodities e falas de Haddad



O dólar à vista encerrou a sessão desta terça-feira, 17, cotado a R\$ 5,1055, em baixa de 0,84%, o que levou a desvalorização acumulada em janeiro para 3,30%. A apreciação do real se deu em meio a uma onda de valorização de divisas emergentes e de países exportadores de commodities. A perspectiva de uma alta mais comedida dos juros nos EUA somou-se hoje a aposta em desempenho mais robusto da economia da China, que teve crescimento acima do esperado no quarto trimestre de 2022 e reportou dados positivos de indústria e varejo em dezembro.

Por aqui, investidores receberam bem declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na

Suíça. O comandante da equipe econômica voltou a falar em reforma tributária neutra, com votação no primeiro trimestre, e prometeu zerar o déficit primário até 2024. Haddad disse que o desenho do novo arcabouço, previsto inicialmente para o primeiro semestre, sairá no máximo até o fim de abril e revelou que o FMI colocou “sua equipe técnica” à disposição para construção de uma regra fiscal “mais crível e sustentável”.

Tirando uma alta pontual e bem limitada na abertura dos negócios, quando tocou o nível de R\$ 5,14, o dólar manteve o sinal negativo ao longo do dia. À tarde, nos melhores momentos do Ibovespa, a divisa chegou a operar por alguns minutos abaixo do piso de R\$ 5,10, registrando mínima a R\$ 5,0966 (-1,01%).

IstoÉDinheiro

Brava 1 Participações S.A.

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 04/02/2022, 10h, em São Paulo/SP. Subscritores presentes: Todos os subscritores presentes. Mesa: Cláudia Ganda de Oliveira Souza, presidente; Tamela Ramos, secretária. Deliberações aprovadas: 1. O projeto do Estatuto Social que, em 3 vias, foi rubricado por todos, como parte integrante desta Ata. 2. A Cia. emitiu 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo valor total de R\$ 100,00, através de depósito realizado em favor da Cia. 3. Declarou constituída a Brava 1 Participações S.A. Eleição da Diretoria: (i) para o cargo de Diretora Presidente, Cláudia Ganda de Oliveira Souza, RG nº 34.484.614-3 SSP/SP, OAB/SP nº 481.500, e (ii) para o cargo de Diretora sem designação específica, Tamela Ramos, RG nº 39.483.417-3 – SSP-SP, OAB/SP nº 451.229. As Diretoras foram eleitas para um mandato de 3 anos contados da presente data, conforme termos de posse por elas assinados. Os Diretoras ora eleitas declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 4. O Conselho Fiscal não será, por ora, instalado, dispensando-se, consequentemente, a eleição de seus membros. 5. Não haverá, por ora, Conselho de Administração, dispensando-se, consequentemente, a eleição de seus membros. Nada mais. Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, sede, objeto social e duração: Cláusula 1ª A Brava 1 Participações S/A (a “Cia.”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. Cláusula 2ª A Cia. tem sua sede e foro na Rua Doutor Cristiano Altenfelder Silva, nº 360, Ap. 44 Bloco E, Vila Carrão, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 03448-010, podendo, por deliberação da diretoria, abrir e fechar filiais, escritórios, estabelecimentos ou outras dependências em todo território nacional e no exterior. Cláusula 3ª A Cia. tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Cláusula 4ª O prazo de duração da Cia. é indeterminado. Capítulo II - Capital social e ações: Cláusula 5ª O capital social da Cia. é de R\$ 100,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cláusula 6ª A propriedade das ações da Cia. será verificada pela inscrição do nome do acionista no livro “Registro de Ações Nominativas”, e a Cia. somente emitirá certificados de ações a requerimento dos acionistas. Capítulo III - Assembleia geral: Cláusula 7ª A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com observância dos preceitos legais. Único - A convocação será feita pelo Diretor Presidente ou por aqueles a quem a lei atribuir essa competência. Cláusula 8ª A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Cia., que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. § 1st - Na ausência do Diretor Presidente, a Assembleia Geral será instalada por qualquer dos acionistas presentes e presidida por aquele que, dentre eles e por eles, for escolhido. § 2nd - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, nos termos do § primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia Geral. Cláusula 9ª Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, à data da Assembleia Geral. Cláusula 10ª A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Cia. e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Cláusula 11ª Salvo quando a lei ou este Estatuto Social exigir quórum qualificado, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco. Capítulo IV - Diretoria: Cláusula 12ª A Diretoria será composta por 2 Diretores, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. Cláusula 13ª Os Diretores, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. § 1st - O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos diretores eleitos. § 2nd - Os membros da Diretoria são dispensados da prestação de garantia de gestão. Cláusula 14ª A Diretoria terá a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral de Acionistas e seus membros serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Cláusula 15ª A representação da Cia., em juízo ou fora dele, em todos os atos relativos à sua gestão e administração, será exercida: (i) isoladamente pelo Diretor Presidente; (ii) em conjunto pelo Diretor sem designação específica e um procurador indicado pelo Diretor Presidente; ou (iii) por um procurador com expressos poderes de representação isolada, observado o disposto nos parágrafos seguintes. Único - Caberá exclusivamente ao Diretor Presidente a nomeação de procuradores, devendo os instrumentos de procuração conter a especificação dos respectivos poderes e prazo de validade nunca superior a 1 ano, salvo nos casos de procuração outorgada em favor de advogados, para fins judiciais ou para processos administrativos, hipóteses em que o prazo poderá ser indeterminado. Cláusula 16ª A Diretoria da Cia. não será um órgão de deliberação colegiada. Capítulo V - Conselho fiscal: Cláusula 17ª A Cia. não terá Conselho Fiscal. Capítulo VI - Conselho de Administração: Cláusula 18ª A Cia. não terá Conselho de Administração. Capítulo VII - Exercício social, demonstrações financeiras e destinação do lucro: Cláusula 19ª O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará as demonstrações financeiras do exercício, as quais serão submetidas à AGO. Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros do exercício, observado o seguinte: a) 5% para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) pagamento do dividendo obrigatório, fixado na Cláusula 20ª; e c) o lucro remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. Cláusula 20ª A Cia. distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Único - Por deliberação da Diretoria e observada a conta de lucros acumulados ou reservas de capital, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a AGO que determinar o respectivo montante; esses pagamentos serão compensados com o valor do dividendo obrigatório do exercício. Cláusula 21ª A Cia. poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros. Capítulo VIII - Disposições gerais e finais: Cláusula 22ª A Cia. observará fielmente quaisquer acordos de acionistas que venham a ser arquivados em sua sede, sendo ineficazes em relação à Cia. quaisquer deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria que contrariem o disposto em tais acordos de acionistas. § 1st - O Presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido contrariando disposição de acordo de acionistas arquivado na sede da Cia.. § 2nd - A Cia. não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Cia., aos acionistas e terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a acordo de acionistas arquivado na sede da Cia. JUCESP/NIRE nº 3530058613-1 em 09/02/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Growth Securitizadora S/A

CNPJ/MF nº 47.980.387/0001-53

Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples Pelo presente instrumento particular, Growth Securitizadora S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.980.387/0001-53, localizada Rua Funchal, nº 538, cj. 42, em São Paulo-SP, doravante denominada Emissora, vem, na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, celebrada com base na autorização deliberada através da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 20 de outubro de 2022, cujas condições gerais e características seguem transcritas em documento arquivado na sede social desta Sociedade. Conforme registro na Jucesp de 11/01/2023, ED005032-5/000. Secretária Geral – Gisela Simiema Ceschin.

Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 26/01/2023 às 16:00 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e nos termos da Lei 6.404/1976, para deliberarem sobre a distribuição dos resultados acumulados da sociedade e outros assuntos de interesse da sociedade. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Extraordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. São Paulo, 17/01/2023. Alessandro Portella Maia, Diretor Presidente. (17, 18 e 19/01/2023)

Anfema Administração e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 08.841.517/0001-15 – NIRE 35.300.534.174

Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A administração em exercício convoca os Srs. acionistas para Assembleia Geral Extraordinária de Sócios da Anfema Administração e Participações S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, com sede na Rua Araguaia, 817, cj. 48, Vila Uberabinha, São Paulo, Capital, CEP 04514-041, em conformidade com os artigos 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, convocar AGOE, a ser realizada presencialmente no endereço da sede social, no dia 01/03/2023, às 10:30hs, em 1ª convocação, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) apreciação das contas da administração dos exercícios sociais concluídos em 2019, 2020, 2021 e 2022; (ii) a deliberação sobre a destinação de eventuais resultados; (iii) votação de ação de responsabilidade pelos atos de administração do Diretor Financeiro Felipe Cintra Pereira que exerceu tal cargo até 10/08/2022. Por solicitação da acionista minoritária Marina Cintra Pereira, e conforme notificação que a ela foi endereçada em 27/12/2022, integrará também a pauta do dia: “(iv) as formas de negociação, valores, questões de registro e a validade do contrato de cessão e transferência de direitos, datado de 12/04/2019 (Contrato) firmado pela Companhia, tendo por objeto a cessão da titularidade de todos os seus direitos sobre as marcas detidas pela Companhia à sociedade Salomão Consultoria Empresarial – Eireli, CNPJ nº 18.308.183/0001-72, pelo valor de R\$ 1,00; e (v) a conduta do Diretor André Cintra Pereira em firmar o contrato a preço vil, em total prejuízo aos demais acionistas e eventuais medidas cabíveis contra tal Contrato”. A diretoria em exercício: André Cintra Pereira. (17, 18 e 19/01/23)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de janeiro de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de janeiro de 2023, às 19 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva e Sra. Sylvania de Souza Leão Wanderley, restando dispensadas as formalidades de convocação.

3. Mesa: Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimmerman.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a realização, pela Companhia, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Investidores Profissionais" e "Oferta", respectivamente), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), a Resolução CVM 160 e demais disposições e regulamentações aplicáveis e do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, da Terceira Emissão de Pet Center Comércio e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Debêntures ("Escritura de Emissão", "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente); (ii) a autorização, à Companhia, aos seus Diretores, procuradores e/ou representantes para (a) negociar os termos e condições da Emissão e da Oferta; (b) adotar todas e quaisquer medidas, bem como celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a formalização da Escritura de Emissão, a contratação das instituições financeiras para atuarem como coordenadores da Oferta ("Coordenadores") e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, tais como o Escriturador (conforme definido abaixo), o Banco Liquidante (conforme definido abaixo), a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros; e (c) celebrar quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e documentos, em nome da Companhia, que sejam necessários à realização da Emissão e da Oferta; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pelos Diretores da Companhia, por seus procuradores e/ou representantes necessários para a consecução das matérias constantes desta Ordem do Dia.

5. Deliberações: Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o seguinte: (i) aprovar a realização, pela Companhia, da Emissão e da Oferta, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais: (a) **Número da Emissão.** As Debêntures representam a terceira emissão de debêntures da Companhia. (b) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida). (c) **Séries.** A Emissão será realizada em série única. (d) **Valor Nominal Unitário.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (e) **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures. (f) **Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para consolidação de caixa e capital de giro da Companhia, bem como para investimentos em bens de capital (CAPEX). (g) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de fevereiro de 2023 ("Data de Emissão"). (h) **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de fevereiro de 2028 ("Data de Vencimento"). (i) **Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. (j) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (k) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência. (l) **Colocação.** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão), com a intermediação dos Coordenadores, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, realizada seguindo o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, tendo como público-alvo Investidores Profissionais. Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. (m) **Depósito para Distribuição.** As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (n) **Negociação.** As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Profissionais, a qualquer momento; (ii) entre Investidores Qualificados, após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do anúncio de encerramento; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano da data de divulgação do anúncio de encerramento. (o) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à 1ª (primeira) Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido abaixo) até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, sendo que eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado a todas as Debêntures integralizadas em uma mesma data. (p) **Data de Início da Rentabilidade.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª (primeira) Data de Integralização (conforme definido abaixo) ("Data de Início da Rentabilidade"). (q) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. (r) **Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. (s) **Pagamento da Remuneração.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) ou resgate antecipado decorrente de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de agosto de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 20 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano,

até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento previsto na Escritura de Emissão. (t) **Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial, Resgate Antecipado Facultativo Total ou resgate antecipado decorrente de uma Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão ("Data de Amortização"). (u) **Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2024, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii) de prêmio equivalente a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (i) e (ii) anteriores. Os demais termos e disposições aplicáveis ao Resgate Antecipado Facultativo Total serão previstos na Escritura de Emissão. (v) **Amortização Extraordinária.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Parcial"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente (i) à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescida (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) objeto da Amortização Extraordinária Parcial mais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial; e (iii) de prêmio equivalente a 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial e a Data de Vencimento, incidente sobre a soma dos valores do resgate antecipado descritos nos itens (i) e (ii) anteriores. Os demais termos e disposições aplicáveis à Amortização Extraordinária Parcial serão previstos na Escritura de Emissão. (w) **Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e, se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. (x) **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 14 a 20 da significação Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Debêntures. (y) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante total devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (z) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (aa) **Banco Liquidante e Escriturador.** O Banco Liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"); e a instituição prestadora de serviços de Escrituração das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 3º andar, parte, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). (bb) **Vencimento Antecipado.** As Debêntures estarão sujeitas ao vencimento antecipado mediante a ocorrência de determinados eventos a serem previstos na Escritura de Emissão. Em caso de vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a pagar a totalidade das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão. (cc) **Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (dd) **Demais condições.** Todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. (ii) autorizar a Companhia, os seus Diretores, procuradores e/ou representantes a (a) negociar os termos e condições da Emissão e da Oferta; (b) adotar todas e quaisquer medidas, bem como celebrar, diretamente ou por meio de procuradores, todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à formalização da Escritura de Emissão, a contratação dos Coordenadores e dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, tais como o Escriturador, o Banco Liquidante, a B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros; e (c) celebrar quaisquer outros instrumentos, aditamentos, declarações, requerimentos, termos e documentos, em nome da Companhia, que sejam necessários à realização da Emissão e da Oferta; e (iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos Diretores da Companhia e/ou por seus procuradores e/ou representantes necessários para a consecução das matérias aqui deliberadas.

6. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes. (a) **Mesa:** Claudio Roberto Ely (Presidente) e Tania Zimmerman (Secretária). (b) **Conselheiros Presentes:** Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva e Sra. Sylvania de Souza Leão Wanderley. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 16 de janeiro de 2023. **Mesa:** Claudio Roberto Ely – Presidente; Tania Zimmerman – Secretária.

Números do mercado financeiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,1197 / R\$ 5,1203 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,104 / R\$ 5,106 *

Turismo - R\$ 5,220 /

R\$ 5,317

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -0,79%

OURO BM&F

R\$ 311,00

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 2,04%

Pontos: 111.439

Volume financeiro:

R\$ 24,683 bilhões

Maiores altas: Rede D'Or

ON (8,11%), Banco do

Brasil (5,87%), Totvs ON

(5,86%)

Maiores baixas:

Qualicorp ON (-5,41%),

Via ON (-2,67%), CVC

Brasil ON (-2,48%)

S&P 500 (Nova York):

-0,2%

Dow Jones (Nova York):

-1,14%

Nasdaq (Nova York):

0,14%

CAC 40 (Paris): 0,48%

Dax 30 (Frankfurt):

0,35%

Financial 100 (Londres):

-0,12%

Nikkei 225 (Tóquio):

1,23%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,78%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,1%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,02%

Merval (Buenos Aires):

4,07%

IPC (México): -0,94%

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Negócios

Pão de Açúcar precisa de um plano para crescer e durar



A repercussão sobre qual será o futuro da Americanas, após anunciar inconsistências contábeis estimadas em R\$ 20 bilhões, tomaram o mercado nesta quinta-feira, dia 12. Em pauta, está o futuro da rede de varejo mais antiga do país, fundada em 1929. Mas quando o assunto é tradição, a companhia tocada há cerca de 40 anos pelo trio Beto Sicupira, Marcel Telles e Jorge Paulo Lemann não é a única em busca de um caminho que garanta sua longevidade. O Brasil não dá muita trégua, é verdade. Em uma semana que começou com os ataques em Brasília e terminou com a decepção bilionária com a Americanas, pode ter passado despercebido que outra tradicional rede — só que no

segmento de supermercados — o Grupo Pão de Açúcar (PCAR3), também está à procura de um plano. No limite, de um dono. Uma reconfiguração do setor, portanto, parece estar mesmo à vista.

Depois de separar a operação de atacarejo do Assaí e agora anunciar o mesmo movimento para a operação na Colômbia, com a bandeira Éxito, sobrou a incerteza de quanto vale o Pão de Açúcar, que se transformará numa operação pura no segmento de mercados premium. Ao ficar sozinha, a empresa sente o impacto da gestão francesa do Casino. E reverte, completamente, a lógica de atuação que construiu a empresa — a maior consolidadora do varejo nacional. A fase de aquisições do Pão de Açúcar durou um longo período, começou

no fim dos anos 80 e invadiu a primeira década dos anos 2000.

No caminho de lá para cá, o Pão viu a concorrência regional avançar. Ainda que esteja situada num setor altamente pulverizado, a companhia pôde acompanhar operações importantes no país, como Grupo Mateus (maior IPO de 2020), o Carrefour comprando o Makro e o Big, o lançamento da rede Oxxo pela Femsa e Raízen e até mesmo os passos do Pátria Investimentos no setor de comércio alimentar, com pelo menos quatro redes de supermercados sob seu controle. Isso para não falar nos negócios digitais que prometem entregar alimentos frescos em casa — justamente o consumo que traz a recorrência das visitas ao mercado.

Exame

Americanas contrata executiva que trabalhou na recuperação da Oi



Americanas informou nesta terça-feira (17) que o seu conselho de administração aprovou a indicação de Camille Loyo Faria como diretora financeira e de relações com investidores da companhia. Ela começa o seu mandato no próximo dia 1º de fevereiro.

O cargo está sendo ocupado interinamente por João Guerra, que assumiu também o comando da companhia, depois que o ex-presidente da varejista, Sergio Rial, informou em fato relevante, no último dia 11, que renunciava ao comando da Americanas, após descobrir “inconsistências” contábeis no valor de R\$ 20 bilhões.

Apple lança MacBooks com chips M2 em evento raro em janeiro

Apple lançou nesta terça-feira MacBooks equipados com os novos e mais rápidos chips M2 Pro e M2 Max, um lançamento surpresa semanas antes da prática normal da companhia.

A Apple costuma realizar seu primeiro evento do ano em março, quando lança iPhones e acessórios.

O novo Mac mini custa a partir de 599 dólares e estará disponível a partir de 24 de janeiro. O MacBook Pro de 14 e 16 polegadas com os chips mais recentes começam em 1.999 dólares, enquanto o modelo de 13 polegadas sai a 1.299 dólares.

“Tudo isso está ligado à transição atrasada do chipset ... Com o atraso na cadeia de suprimentos que forçou a Apple adiar o lançamento dos

produtos, a empresa se deparou com as opções esperar pelo tradicional lançamento ou fazer algo um pouco inesperado”, disse Runar Bjørhovde, analista da Canalisys.

“Esta é uma ótima maneira de surpreender os consumidores e concorrentes”, disse Bjørhovde, acrescentando que o anúncio pode gerar algum burburinho, num momento de fraqueza do mercado de computadores pessoais.

As ações da Apple subiram cerca de 1%, mas perderam cerca de 27% em 2022, maior queda desde a crise financeira de 2008.

A Apple disse que o novo M2 Pro tem quase 20% mais transistores que o M1 Pro e o dobro do M2, o que ajuda programas como o Adobe Photoshop a executarem cargas de trabalho pesadas.

IstoÉDinheiro



Camille é ex-diretora de finanças e de relações com investidores da TIM (agosto de 2021 a janeiro de 2023) e ocupou o mesmo cargo na Oi (novembro de 2019 até agosto de 2021).

Vale lembrar que a Oi passou por um extenso processo de recuperação judicial, que demorou seis anos, de 2016 a 2022. Foi um dos maiores processos da história brasileira, com dívidas acumuladas de R\$ 65,4 bilhões.

Dois dias depois do anúncio (13), a Americanas entrou no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com pedido de tutela de urgência cautelar, na tentativa de impedir que ativos sejam bloqueados a pedido de credores. Na prática, a

medida concede à Americanas a antecipação dos efeitos de um pedido de recuperação judicial. A empresa deverá entrar com um pedido de recuperação na Justiça nos próximos dias no valor de aproximadamente R\$ 20 bilhões.

Camille também atuou na área de investment banking do BofA (Bank of America Merrill Lynch), do Bradesco BBI e do Morgan Stanley.

Foi executiva dos setores de telecomunicações e infraestrutura, tendo ocupado a presidência da Multiner, foi a principal executiva de finanças da Terna Participações, líder de estratégia na Embratel e no grupo Telecom Italia.

Danielle Madureira/Folhapress